



S. R.
MINISTÉRIO DA SAÚDE
DIRECÇÃO-GERAL DOS CUIDADOS
DE SAÚDE PRIMÁRIOS

Alce S

30/9/11

PROPOSTA DE CONTRATO PARA A PRESTAÇÃO DE CUIDADOS
DE SAÚDE NO ÂMBITO DA ANATOMIA PATOLÓGICA

Clausula 1a.

O contrato agora proposto pela Direcção-Geral dos Cuidados de Saúde Primários, como primeiro outorgante, obriga, nos seus precisos termos, as entidades singulares ou colectivas que a ele adiram à prestação de cuidados de saúde no âmbito da anatomia patológica.

Clausula 2a.

1. A nomenclatura dos serviços bem como o respectivo valor constam da lista anexa a esta proposta de contrato da qual faz parte integrante.
2. A nomenclatura referida no número anterior é definida de acordo com a proposta pela Ordem dos Médicos.
3. A realização dos exames não previstos naquela lista dependerá de autorização do primeiro outorgante o qual, se for caso disso, procederá à sua inclusão na lista com o respectivo valor, ouvida a Ordem dos Médicos a qual do ponto de vista técnico-científico validará o referido exame.

Clausula 3a.

1. Podem aderir à presente proposta de contrato os médicos especialistas de anatomia patológica inscritos no respectivo Colégio bem como os médicos a quem a Ordem dos Médicos reconheça idoneidade.
2. Na área da citologia podem aderir, para além dos anatomopatologistas, os citologistas de capacidade formalmente reconhecida pela Ordem dos Médicos.

./.

MINISTÉRIO DA SAÚDE
DIRECÇÃO-GERAL DOS CUIDADOS
DE SAÚDE PRIMÁRIOS

3. Podem igualmente aderir outras entidades singulares ou colectivas que desenvolvam actividades neste sector.

Clausula 4a.

1. A adesão rege-se pelas seguintes regras:

- a) a adesão depende do reconhecimento, pelo primeiro outorgante, da idoneidade individual, das instalações, do equipamento e dos recursos humanos adequados para prosseguir os fins do contrato;
- b) os aderentes, conforme as áreas em que se propõem prestar os cuidados de saúde, devem fazer prova de que têm, como responsável técnico um médico com as qualificações previstas nos números 1 ou 2 da cláusula anterior;
- c) cada responsável técnico só pode assumir a responsabilidade de um laboratório;
- d) a capacidade de atendimento diário de cada laboratório é determinada em função das instalações, do equipamento e do pessoal;
- e) as entidades aderentes devem assegurar ao responsável técnico total autonomia, independência e hierarquia técnico-científica.

2. O reconhecimento da idoneidade prevista no número anterior será precedido de consulta obrigatória à Ordem dos Médicos sempre que se trate de uma nova adesão ou se verifiquem alterações substanciais nas condições em que vêm sendo prestados os cuidados de saúde devendo para o efeito, ser-lhe remetido o respectivo processo de adesão.

Clausula 5a.

A idoneidade a que se refere a alínea a) da cláusula anterior não será reconhecida em relação às entidades que não disponham do seguinte material mínimo:

- a) micrótomo;
- b) material para exames extemporâneos;
- c) material para incluir parafina;



MINISTÉRIO DA SAÚDE
DIRECÇÃO-GERAL DOS CUIDADOS
DE SAÚDE PRIMÁRIOS

- 3 -

- d) material para disposição e conservação de blocos de parafina e de cortes corados;
- e) microscópio.

Cláusula 6a.

1. A adesão às condições estabelecidas no clausulado da presente proposta de contrato far-se-á mediante requerimento a efectuar em papel selado e com observância das regras constantes da Lei do Selo.
2. Este requerimento, a efectuar de acordo com a norma de adesão que constitui o anexo I do contrato, deverá ser acompanhado de uma ficha técnica por cada laboratório, devidamente preenchida e que faz parte integrante daquela norma.
3. Qualquer alteração aos actos constantes daquela ficha deverá ser participada ao primeiro outorgante no prazo máximo de 30 dias.
4. O contrato de adesão entra em vigor no mês seguinte àquele em que o segundo outorgante seja notificado do despacho de aceitação emitido pelo primeiro outorgante.
5. As entidades com as quais se vêm mantendo relações contratuais poderão aderir à presente proposta no prazo de seis meses a contar da data da sua homologação superior, sem prejuízo da realização de uma nova vistoria e reavaliação a promover pelo primeiro outorgante.
6. Quando as entidades referidas no número anterior não aderirem à presente proposta de contrato no prazo ali fixado, o primeiro outorgante considera cessada a relação contratual que com os mesmos vem mantendo.

Cláusula 7a.

1. As entidades aderentes obrigam-se a cumprir os programas de controlo de qualidade de que vierem a ser definidos pelo primeiro outorgante, em colaboração com a Ordem dos Médicos.
2. As entidades aderentes obrigam-se ainda a dar estrito cumprimento ao estabelecido nas regras deontológicas da Ordem dos Médicos.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
DIRECÇÃO-GERAL DOS CUIDADOS
DE SAÚDE PRIMÁRIOS

- 4 -

Clausula 8a.

As entidades aderentes obrigam-se em especial:

- a) a aceitar e a colaborar nas inspecções administrativas promovidas pelo primeiro outorgante;
- b) a apresentar, em papel timbrado com o nome e qualificação do responsável técnico, os resultados dos exames devidamente apreciados e assinados por este ou por outro médico com idoneidade reconhecida pela Ordem dos Médicos que faça parte do pessoal do mesmo laboratório;
- c) a guardar em arquivo as cópias dos resultados dos exames bem como de todos os elementos que possam servir de base de futura apreciação;
- d) a identificar o laboratório com o nome do responsável técnico em tabuleta afixada no exterior;
- e) a afixar o horário de funcionamento do laboratório.

Clausula 9a.

Os aderentes devem garantir aos utentes o direito à privacidade pessoal.

Clausula 10a.

1. Os utentes têm direito de escolher livremente a entidade contratada desde que desse direito não resulte agravamento de encargos para as Administrações Regionais de Saúde derivados de deslocações voluntárias.
2. Com o objectivo de garantir a livre escolha do utente será elaborada uma relação das entidades aderentes a qual será afixada em local bem visível nos Centros de Saúde.

./.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
DIRECÇÃO-GERAL DOS CUIDADOS
DE SAÚDE PRIMÁRIOS

- 5 -

Clausula 11a.

As entidades aderentes comprometem-se aprestar aos utentes as melhores condições de atendimento e a não estabelecer qualquer tipo de discriminação em função do seu estatuto.

Clausula 12a.

1. O acesso dos utentes aos cuidados de saúde previstos na presente proposta de contrato far-se-á mediante requisição do médico assistente autenticada pelo respectivo Centro de Saúde, ou por requisição de médico contratado pelo Serviço Nacional de Saúde para actos da sua especialidade.
2. As requisições devem ser acompanhadas de uma carta fechada contendo dados clínicos e o diagnóstico provável.
3. Podem ser solicitados aos médicos assistentes informações clínicas complementares em ordem à valorização do diagnóstico laboratorial, bem como proposta a prescrição de outros exames para esclarecimento completo das situações clínicas em estudo.

Clausula 13a.

1. Quando os laboratórios não tenham condições técnicas para a execução de alguns dos exames constantes da requisição devem os mesmos solicitar a colaboração do laboratório de outra entidade aderente.
2. Nos casos previstos no número anterior, o laboratório solicitado deverá enviar ao primeiro os resultados dos exames em relatório assinado pelo respectivo responsável técnico, em papel timbrado que o identifique.
3. Este relatório deverá ser anexado ao do laboratório requisitante.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
DIRECÇÃO-GERAL DOS CUIDADOS
DE SAÚDE PRIMÁRIOS

- 6 -

Clausula 14a.

1. As entidades aderentes não podem recusar o atendimento dos utentes salvo se:
 - a) os exames requisitados não puderem ser executados por avaria do equipamento;
 - b) as nomenclaturas utilizadas pelo médico requisitante ou a sua ilegibilidade possam levantar dúvidas quanto ao tipo de exame;
 - c) o encerramento do laboratório não permita a conclusão dos exames.
2. Poderá ainda ser recusado o atendimento quando se verificarem as seguintes circunstâncias:
 - a) quando o impresso normalizado da requisição não se encontrar correcta e completamente preenchido ou não estiver autenticado pelo Centro de Saúde que o emitiu, ou pelo médico contratado pelo S.N.S. para actos da sua especialidade.
 - b) quando a apresentação da requisição se verificar fora do prazo fixado na clausula 15a.
 - c) quando as requisições contiverem rasuras, correcções, aposições ou quaisquer outras modificações que possam pôr em dúvida a sua autenticidade, salvo se as mesmas se encontrarem ressalvadas pelo médico que as subscreveu.

Clausula 15a.

1. O prazo máximo de entrega do produto para análise e apresentação da respectiva requisição é de 2 dias úteis contados a partir da data da prescrição.
2. O prazo referido no número anterior deve ser cumprido quer pelos utentes quer pelos centros de saúde ou hospitais privados convencionados que tenham efectuado a remoção da lesão a analisar.

Clausula 16a.

1. O prazo máximo de começo de execução dos exames não poderá ser superior a 2 dias

./.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
DIRECÇÃO-GERAL DOS CUIDADOS
DE SAÚDE PRIMÁRIOS

- 7 -

úteis contados a partir da entrega do produto a analisar.

2. Nas situações de urgência, devidamente fundamentadas, os exames terão prioridade e deverão, se possível, ser realizados imediatamente.
3. O disposto no número anterior é igualmente aplicável às requisições de exames para migrantes e utentes com incapacidade temporária para o trabalho, devendo os respectivos Centros de Saúde indicar estas situações no impresso.

Cláusula 17a.

1. O prazo máximo de entrega dos resultados é de 8 dias úteis após a recepção dos produtos biológicos.
2. Exceptuam-se do disposto no número anterior os exames que, por condições técnicas específicas imponham maior prazo.
3. Os resultados dos exames efectuados, dirigidos em envelope fechado ao médico assistente, poderão ser entregues ao próprio utente ou a quem o represente ou enviados ao Centro de Saúde requisitante sendo, neste último caso, os portes de correio da responsabilidade das Administrações Regionais de Saúde às quais deverão ser facturados mensalmente.

Cláusula 18a.

Os impressos de requisição de modelo normalizado a utilizar pelos Centros de Saúde bem como os sobrescritos para o envio dos resultados constituem encargos das Administrações Regionais de Saúde.

./.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
DIRECÇÃO-GERAL DOS CUIDADOS
DE SAÚDE PRIMÁRIOS

- 8 -

Cláusula 19a.

As entidades aderentes devem apresentar de uma só vez às Administrações Regionais de Saúde requisitantes a totalidade da facturação em dívida durante os primeiros 10 dias úteis do mês imediato àquele a que respeitam.

Cláusula 20a.

As Administrações Regionais de Saúde devem proceder à conferência e pagamento das facturas no prazo máximo de 50 dias a contar da data da sua apresentação.

Cláusula 21a.

A tabela de preços anexa ao presente contrato será revista anualmente, produzindo os novos preços efeitos a partir de 1 de Janeiro de cada ano, após homologação superior.

Cláusula 22a.

1. Os casos de interrupção de actividade motivada, designadamente, pela ausência temporária ou definitiva, incapacidade ou morte do responsável técnico, deverão ser comunicados ao primeiro outorgante e às Administrações Regionais de Saúde sendo a relação contratual suspensa enquanto não se fizer prova da substituição do responsável técnico.
2. A mudança da responsabilidade técnica processar-se-á sem exigência de qualquer formalidade a não ser a prova da idoneidade individual.

./.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
DIRECÇÃO-GERAL DOS CUIDADOS
DE SAÚDE PRIMÁRIOS

- 9 -

Clausula 23ª.

1. Nos casos de divergência de facturação resultantes, designadamente, de erros de cálculo e da atribuição incorrecta de valores aos actos praticados devem as Administrações Regionais de Saúde suspender os pagamentos relativamente aos actos que suscitem dúvidas até que sejam produzidos os esclarecimentos ou efectuadas as correcções convenientes.
2. A mesma suspensão deve ser adoptada pelas Administrações Regionais de Saúde quando detectem irregularidades que traduzam a prática de actos dolosos lesivos dos interesses do primeiro outorgante, sem prejuízo, no entanto de procederem à respectiva participação crime com vista ao apuramento da eventual responsabilidade.
3. Nos casos previstos no número anterior deverão ainda as Administrações Regionais de Saúde elaborar um processo de averiguações que deverá ser remetido ao primeiro outorgante tendo em vista o disposto no nº 7 da presente clausula o qual dará imediato conhecimento à Ordem dos Médicos.
4. Apurada judicialmente a competente responsabilidade proceder-se-á, conforme os casos, ao levantamento da suspensão de pagamentos entretanto decretada ou à denúncia do contrato se esta ainda não tiver ocorrido ao abrigo do que se dispõe no nº 7 desta clausula.
5. É aplicável com as necessárias adaptações o disposto nos nºs 2 e 4 desta clausula bem como o seu nº 3 à facturação que tenha dado origem ao pagamento de actos a que venha a ser reconhecida a natureza dolosa.
6. Ressalvados os casos previstos no nº 1 as irregularidades de facturação que venham a ser detectadas após a participação crime conduzem, desde logo, à denúncia do contrato pelo primeiro outorgante, sem prejuízo de as Administrações Regionais de Saúde procederem a nova participação.
7. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, as violações graves do clausulado desta proposta de contrato conferem ao primeiro outorgante a faculdade de denunciar o respectivo contrato, após notificação e sem prejuízo das demais responsabilidades penais e civis em que o segundo outorgante venha a incorrer.
8. Compete à Ordem dos Médicos apreciar as infracções ao presente contrato naquilo que respeitem às normas éticas e deontológicas que regem o exercício profissional.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
DIRECÇÃO-GERAL DOS CUIDADOS
DE SAÚDE PRIMÁRIOS

- 10 -

Clausula 24a.

1. A presente proposta de contrato é válida por um período de 1 ano que poderá ser prorrogado por iguais períodos.
2. Qualquer das partes poderá denunciar a relação contratual existente desde que notifique a outra da vontade de efectuar a referida denúncia, por carta registada com aviso de recepção.
3. A denúncia só se considera eficaz 90 dias contados a partir da data da recepção, pela outra parte, da notificação referida no número anterior.



MINISTÉRIO DA SAÚDE
DIRECÇÃO-GERAL DOS CUIDADOS
DE SAÚDE PRIMÁRIOS

A N E X O S



MINISTÉRIO DA SAÚDE
DIRECÇÃO-GERAL DOS CUIDADOS
DE SAÚDE PRIMÁRIOS

ANEXO I

NORMA DE ADESAO

(em papel selado)

Nome ou designação social _____

Proprietário(s) _____

do laboratório(s) sito(s) em _____

Concelho _____ Distrito _____

Tendo como responsável(s) técnico o médico especialista ou o médico(s) com idonei-
dade reconhecida pela Ordem dos Médicos para análises anátomo-patológicas _____

_____ ou o(s) citologista(s) de capacidade
formalmente reconhecida pela Ordem dos Médicos _____

residente(s) em _____

Declara(m) aceitar as condições contratuais estabelecidas na proposta de contrato
para a prestação de cuidados de saúde no âmbito da anatomia patológica, homologa-
da por despacho de _____

Mais declara(m) que o referido laboratório(s) obedece aos requisitos e se compro-
mete a cumprir o estabelecido na mesma proposta de contrato e que possui (m) capa-
cidade de atendimento para _____ análises/dia.

Data _____

Assinatura(s) _____

(reconhecida notarialmente)



MINISTÉRIO DA SAÚDE
DIRECÇÃO-GERAL DOS CUIDADOS
DE SAÚDE PRIMÁRIOS

ANEXO II

NOMENCLATURAS E TABELAS

Nomenclaturas	C	K
Exames histológicos.....	10	10
Exames cito-histológicos (exame citológico com inclusão).....	10	10
Exames citológicos.....	5	5
Exames citohormonais por esfregaços seriados.....	12	10
Exames histológicos extemporâneos per-operatórios..	30	20
Exames ultra estruturais (microscopia electrónica)..	50	50
Diagnóstico imuno-cito-químico.....	50	50

C = 60\$00

K = 75\$00